



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS

ISABELA SCHINCARIOL PILOTTO CASAGRANDE

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE GRUPOS OPERATIVOS SOBRE
PLANEJAMENTO FAMILIAR E EDUCAÇÃO SEXUAL DIRECIONADOS A MULHERES
JOVENS E ADOLESCENTES.

SÃO PAULO
2017

ISABELA SCHINCARIOL PILOTTO CASAGRANDE

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE GRUPOS OPERATIVOS SOBRE
PLANEJAMENTO FAMILIAR E EDUCAÇÃO SEXUAL DIRECIONADOS A MULHERES
JOVENS E ADOLESCENTES.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Saúde da
Família da Universidade Federal de São Paulo
para obtenção do título de Especialista em
Saúde da Família

Orientação: ROSSANA FLAVIA RODRIGUES SILVERIO DOS SANTOS

SÃO PAULO
2017

Resumo

Neste trabalho são feitas considerações sobre a importância da educação sexual e planejamento familiar no contexto de Atenção Básica e da necessidade de projetos educativos como os grupos operativos, na execução da promoção em saúde da mulher. Observou-se a ausência de projetos nesse sentido na Unidade Básica de Saúde (UBS) Vila Zalla, no município de Laranjal Paulista, São Paulo; dessa forma, este trabalho objetiva elaborar um plano de intervenção com vistas ao esclarecimento da população de mulheres jovens e adolescentes da comunidade local em relação ao planejamento familiar e educação sexual, por meio da implantação de grupos operativos mensais.

Palavra-chave

Planejamento familiar. Saúde Sexual Reprodutiva, Atenção Primária em Saúde

Introdução

A Atenção Básica em saúde tem como uma das áreas de interesse de atuação a assistência ao planejamento familiar e atenção à saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2013), consistindo sobretudo em ações de promoção e prevenção assim como educação em saúde. De acordo com Bonan et al. (2010), o Programa de Assistência Integral da Saúde da Mulher (1984), a Lei de Planejamento Familiar (1996), a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (2004) e a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (2005) norteiam essa política de saúde no Brasil há cerca de três décadas; no entanto, apesar das melhorias no acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, ainda há dificuldades de implementação efetiva da política de assistência ao planejamento reprodutivo.

Segundo Costa, Guilhem e Silver (2006), a avaliação de regiões demográficas populacionais brasileiras sugere que as práticas educativas são mais valorizadas e realizadas em municípios de maiores dimensões populacionais.

Os resultados do estudo evidenciam que a oferta da informação relacionada ao conhecimento do corpo, à sexualidade e aos métodos contraceptivos não é realidade para os municípios menores: 98,3% dos 515 municípios com mais de 50.000 habitantes realizam a educação em saúde com esse objetivo, enquanto 12,4% 3974 dos municípios com até 20.000 habitantes não a realizam (COSTA; GUILHEM; SILVER, 2006).

Além disso, esse mesmo estudo evidencia a relevância no estabelecimento de atenção à saúde em planejamento familiar que conjugue reuniões educativas e consultas clínicas, uma vez que tal ação pode aumentar a adesão e eficácia do método contraceptivo escolhido. Em concordância a tais argumentos, segundo Moura e colaboradores (2010).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) afirmam que o planejamento familiar permite aos casais decidir quando começar a ter filhos, qual o intervalo entre eles e quando parar; que engravidar antes de 18 anos e depois dos 35 anos aumenta os riscos de saúde, tanto para a mãe quanto para a criança; que o intervalo entre os partos menor que dois anos aumenta em 50% o risco de morte fetal; e que dar a luz a mais de quatro crianças aumenta os riscos durante as gestações e os partos (MOURA et al., 2010).

Dessa forma, a proposta de promover reuniões com a comunidade deve incorporar mulheres em união conjugal, mas também mulheres com vida sexual sem parcerias estáveis e aquelas que se preparam para iniciar sua vida sexual (HEILBORN. et al., 2009). Além disso, as atividades educativas devem conter informações sobre oferta e escolha de métodos anticoncepcionais, acompanhamentos das usuárias e planejamento conjunto com as famílias adstritas na qual a população envolvida tenha voz para manifestar suas opiniões (MOURA; SILVA, 2006).

Assim, as questões cruciais a serem abordadas devem incluir; gravidez, parto, puerpério, aborto, aleitamento materno, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis e violência

sexual, fatores essenciais a serem abordados na política de promoção em saúde da mulher com enfoque no planejamento familiar e educação sexual (ÁVILA, 2003).

No entanto, observou-se na Unidade de Saúde Vila Zalla ausência de práticas educativas na abordagem do planejamento familiar e educação sexual. Portanto, pretende-se desenvolver e implantar grupos operativos com adolescentes e mulheres jovens e conscientizar os profissionais de saúde quanto a importância dessas atividades. A ideia de tais grupos surgiu a partir do momento que foi notado grande número de mulheres jovens e adolescentes procurando atendimento médico com dúvidas similares sobre métodos contraceptivos e desejo de engravidar, mas, com pouco ou nenhum esclarecimento em relação ao planejamento familiar e correta contracepção.

Objetivos (Geral e Específicos)

Objetivo geral:

Implantar grupos operativos com a comunidade voltados principalmente para adolescentes e mulheres jovens com foco na educação sexual e planejamento familiar.

Objetivos específicos:

- 1- Organizar junto com a equipe da unidade de saúde espaço físico adequado para receber as pacientes em reuniões mensais.
- 2-Elaborar junto a equipe de saúde da unidade os principais temas a serem desenvolvidos em educação sexual e planejamento familiar.
- 3-Organizar junto a equipe da unidade de saúde uma agenda para as reuniões mensais.

Método

Local: O projeto será realizado na Unidade Básica de Saúde Vila Zalla, na cidade de Laranjal Paulista, São Paulo.

Público alvo: Feminino representado por adolescentes e mulheres jovens da comunidade a partir dos 15 anos.

Participantes: Médico e enfermeiro atuantes nesta unidade.

Ações:

- Organizar junto a Secretaria de Saúde ambiente adequado para realização das reuniões na unidade Básica de saúde.
- Aplicação de questionário para as pacientes interessadas abordando os principais temas em educação e planejamento sexual a fim de verificar as principais dúvidas desse público.
- Análise das respostas das pacientes pelo médico e enfermeiro responsáveis pelas futuras reuniões, selecionando as dúvidas mais frequentes.
- Produção das pautas e temas das palestras e discussões, a serem realizadas mensalmente.

Avaliação e Monitoramento:

Após cada reunião realizar avaliação com o público alvo e posteriormente com os profissionais participantes, por meio de discussão direta, verificando a presença de novas dúvidas e o nível de satisfação do público em sanar as dúvidas prévias.

Resultados Esperados

A partir da realização mensal dos grupos operativos, pretende-se aumentar a adesão das pacientes aos mesmos, incentivar os profissionais de saúde quanto a importância dos grupos operativos na promoção em saúde, melhorar a educação sexual das mulheres jovens da comunidade acrescentando o planejamento familiar na realidade dessas mulheres.

Nesse sentido, a Atenção Básica é fundamental para que a promoção em saúde chegue à população, uma vez que o cuidado continuado e a educação permanente garantem que mulheres jovens e adolescentes tenham acesso aos métodos contraceptivos adequados e sejam incentivadas a realizar o planejamento familiar, diminuindo dessa forma a desestruturação familiar comumente vista nessa comunidade.

Referências

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19 supl. 2, p. s465-s469, 2003.

BONAN, C. et al. Avaliação da implementação da assistência ao planejamento reprodutivo em três municípios do Estado do Rio de Janeiro entre 2005 e 2007. Rev Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, n. 10, supl.1, p. s107-s118, nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília, DF, Ministério da Saúde, 300 p., 2010. Caderno de Atenção Básica, n. 26.

COSTA, A. M.; GUILHEM, D.; SILVER, L.D. Planejamento familiar: autonomia das mulheres sob questão. Rev Bras. Saúde Matern. infant., Recife, v. 6, n. 1, jan./mar. 2006.

HEILBORN, M. L. et al. Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25 sup 2: s269-s278, 2009.

MOURA, E. R. F. et al. Perfil demográfico, socioeconômico e de saúde reprodutiva de mulheres atendidas em planejamento familiar no interior do Ceará. Revista Baiana de Saúde Pública, v.34, n.1, p.119-133 jan./mar. 2010.

MOURA, E. R. J.; SILVA, R. M. Qualidade da assistência em planejamento familiar na opinião de usuárias do programa Saúde da Família. Acta Paul enferm., Rio de Janeiro, v 19, n 2, p. 150-156, abr./jun, 2006.

